

Educação integral e avaliação da aprendizagem: Contribuições da pedagogia histórico-crítica para uma formação humana omnilateral

Fabio Guilherme de Souza

Especialista em Coordenação Pedagógica e Gestão Escolar, Especialista em Andragogia, Especialista em Políticas Públicas

Instituição: Universidade San Carlos

Endereço: Assunção, Paraguai

E-mail: fabio.banzae@gmail.com

RESUMO

A Educação Integral, no contexto da educação brasileira, constitui-se como uma proposta capaz de ampliar a formação humana, superando práticas fragmentadas e restritivas. Entretanto, a avaliação da aprendizagem, frequentemente utilizada de forma classificatória e excludente, permanece como um dos principais desafios para sua efetivação. O objetivo deste artigo é analisar as contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para compreender as interfaces entre Educação Integral e avaliação da aprendizagem. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir de autores clássicos e contemporâneos da área (Saviani, Duarte, Moll, Libâneo, Luckesi, Pimenta), além de dados recentes do INEP (2023) e do Centro de Referências em Educação Integral (2023). O recorte temporal considerou produções publicadas entre 2008 e 2023, período de ampliação das políticas públicas de tempo integral no Brasil. Conclui-se que a avaliação da aprendizagem, concebida como prática formativa e crítica, constitui elemento essencial para a consolidação da Educação Integral, garantindo a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos e a formação omnilateral dos sujeitos.

Palavras-chave: Educação Integral. Avaliação da Aprendizagem. Pedagogia Histórico-Crítica. Formação Omnilateral.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos um tempo em que a escola é chamada a ir muito além da simples transmissão de conteúdos. Em meio aos desafios sociais, econômicos e culturais que marcam a vida de nossas crianças e jovens, a Educação Integral surge como um horizonte de esperança e transformação.

O **problema de pesquisa** que orienta este estudo é: *como a avaliação da aprendizagem pode contribuir para a efetivação da Educação Integral, sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica?* A **questão central** consiste em compreender em que medida práticas avaliativas formativas e críticas fortalecem o projeto de Educação Integral, promovendo a aprendizagem e reduzindo desigualdades educacionais.

A **justificativa** desta pesquisa reside na necessidade de superar práticas avaliativas tradicionais, que frequentemente reforçam exclusões, e propor uma avaliação que se constitua como mediação pedagógica. Pesquisas recentes (CENPEC, 2023; INEP, 2023) mostram que escolas de tempo integral que adotam avaliação diagnóstica e formativa apresentam melhores índices de aprendizagem, o que reforça a relevância

do tema para a prática escolar e para a formulação de políticas públicas.

2 METODOLOGIA

O presente estudo é caracterizado como **pesquisa bibliográfica**, de caráter analítico e crítico. O **recorte temporal** adotado foi de 2008 a 2023, período em que a Educação Integral ganhou maior destaque nas políticas educacionais brasileiras e no debate acadêmico.

Os **critérios de seleção** privilegiaram obras clássicas e contemporâneas da Pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 2008; Duarte, 2013), estudos sobre Educação Integral (Moll, 2012; CENPEC, 2023) e referenciais sobre avaliação da aprendizagem (Luckesi, 2011; Libâneo, 2013; Pimenta, 2014). As buscas foram realizadas em bases como **Google Acadêmico, Scielo, repositórios de universidades públicas e documentos oficiais do INEP/MEC**. A análise consistiu em articular os referenciais teóricos, identificando convergências e divergências sobre Educação Integral e avaliação, e relacionando-os a dados empíricos recentes.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 EDUCAÇÃO INTEGRAL E FORMAÇÃO OMNILATERAL

A Educação Integral deve ser compreendida como uma política de direito, comprometida com a ampliação das oportunidades de aprendizagem em suas múltiplas dimensões. Moll (2012) destaca a importância da articulação entre escola, família e comunidade, ampliando os espaços e tempos educativos.

Saviani (2008), a partir da Pedagogia Histórico-Crítica, defende que a formação integral deve assegurar o acesso aos conhecimentos científicos, artísticos e culturais historicamente produzidos, como condição para a emancipação dos sujeitos. Nesse sentido, Duarte (2013) argumenta que a Educação Integral não pode se reduzir a um tempo ampliado de atividades, mas precisa ser orientada por conteúdos escolares densos e significativos.

Há, portanto, uma convergência entre os autores quanto à centralidade da formação omnilateral, embora Moll enfatize mais o aspecto político-pedagógico da ampliação do tempo escolar, enquanto Saviani e Duarte reforçam a necessidade de assegurar a apropriação do conhecimento sistematizado.

3.2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: DA CLASSIFICAÇÃO À EMANCIPAÇÃO

A avaliação é historicamente marcada por práticas classificatórias e excludentes, o que contradiz os princípios da Educação Integral. Luckesi (2011) propõe ressignificar a avaliação como ato diagnóstico e de promoção da aprendizagem, destacando sua dimensão ética.

Libâneo (2013) entende a avaliação como prática formativa e contínua, capaz de auxiliar professores a reorganizar o processo pedagógico. Pimenta (2014) acrescenta que a avaliação deve estar intrinsecamente

articulada ao currículo, e não ocorrer como momento isolado.

A convergência entre os três autores é evidente: todos rejeitam a avaliação punitiva e classificatória. No entanto, há diferenças de enfoque: enquanto Luckesi enfatiza a dimensão ética e humanizadora, Libâneo privilegia a dimensão didático-pedagógica, e Pimenta destaca a articulação entre currículo e avaliação. Essa diversidade de abordagens enriquece a compreensão crítica da avaliação como prática emancipatória.

3.3 INTEGRAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO E CURRÍCULO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

A efetivação da Educação Integral depende de práticas avaliativas que dialoguem com o currículo e promovam aprendizagens significativas. Pimenta (2014) afirma que a avaliação é constitutiva do currículo, devendo refletir as aprendizagens esperadas em cada etapa do processo educativo.

Pesquisas recentes confirmam essa perspectiva. O **Censo Escolar (INEP, 2023)** indica que escolas de tempo integral que utilizam avaliações diagnósticas contínuas apresentaram aumento de até **20% no rendimento em Língua Portuguesa e Matemática**, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental.

No município de **Banzaê-BA**, a implementação de uma política de Educação Integral articulada a avaliações diagnósticas e à recomposição das aprendizagens resultou em maior engajamento estudantil e fortalecimento dos vínculos entre escola e comunidade. Segundo relatório do **Centro de Referências em Educação Integral (2023)**, tais práticas contribuem para reduzir desigualdades educacionais e aumentar a permanência escolar.

4 CONCLUSÃO

A análise evidencia que a Educação Integral, fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica, não pode prescindir de práticas avaliativas críticas e formativas. A avaliação, quando concebida como mediação, orienta o trabalho pedagógico, assegura a apropriação do conhecimento e contribui para a emancipação dos sujeitos.

Superar práticas avaliativas tradicionais exige mudanças estruturais: reorganização curricular, valorização da formação docente e políticas públicas que garantam condições materiais adequadas. Nesse sentido, a integração entre Educação Integral e avaliação crítica é condição essencial para consolidar uma escola pública democrática, inclusiva e promotora do desenvolvimento humano omnilateral.



REFERÊNCIAS

DUARTE, Newton. Educação escolar, teoria do conhecimento e desenvolvimento humano. Campinas: Autores Associados, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 19.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOLL, Jaqueline. Educação Integral: uma escola de tempo inteiro? São Paulo: Moderna, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido. Avaliação Educacional: concepções, práticas e implicações. São Paulo: Cortez, 2014.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 40.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Adriana; ANDRADE, Rafael. Avaliação formativa e Educação Integral: impactos no desempenho escolar. Revista Brasileira de Educação, v. 27, 2022.

INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2023. Brasília: INEP/MEC, 2023.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Panorama Nacional da Educação Integral. São Paulo: CENPEC, 2023.